

### XIII CADN

#### **BRAZILIAN WAY OF PEACEKEEPING COMO UM INSTRUMENTO DE PROJEÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Carenina Piton Fonseca - 7º Período do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro

Felipe Carvalho da Silva - 7º Período do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro

João Raphael Martins da Silva Gil - 8º Período do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro

Paola Gonçalves Matias - 8º Período do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro

Rosimar Rabello de Bem - 7º Período do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro

**Resumo:** O presente artigo aborda a participação do Brasil nas Missões de Paz da Organização das Nações Unidas no período pós-Guerra Fria. O objetivo é verificar se o *brazilian way of peacekeeping* é utilizado pelo Brasil como um instrumento de projeção internacional. Usando como ferramenta de análise os conceitos de “potência média virtuosa” e “potência média carona” de Gelson Fonseca (1998a), busca-se responder de que maneira o Brasil instrumentaliza seu status de potência média. Para a condução da pesquisa, partiu-se da hipótese de que o Brasil efetuará tal instrumentalização, dentre outras ações, a partir de sua participação nas missões de paz. Utiliza-se o método bibliográfico, por meio de documentos oficiais, tais como: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional, além de reportagens, artigos e livros acadêmicos. Por fim, conclui-se que a preponderância do comportamento de “potência média virtuosa” expõe a aspiração brasileira de alcançar o status de grande potência no sistema internacional.

**Palavras-Chaves:** Missões de Paz, Projeção Internacional, *Brazilian way of Peacekeeping*, Potência Média

## 1. Introdução

A presente pesquisa analisa a participação do Brasil nas Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), com enfoque o período pós-Guerra Fria, com o objetivo de entender como essas missões têm contribuído para a inserção do Brasil no Sistema Internacional (SI).

A partir da década de 1990, o Brasil modificou sua estratégia de inserção internacional através da diversificação de sua agenda de política externa, discutindo novos temas e participando de forma mais ativa nas instituições internacionais, estabelecendo novas parcerias. O país buscou garantir seus objetivos através de uma maior participação regional e internacional (PINHEIRO, 2000).

Alguns documentos são fundamentais para entender essa estratégia mais ativa de inserção internacional, como a Política de Defesa Nacional (PDN), criada em 1996 e atualizada em 2005; a Política Nacional de Defesa (PND) que, em 2012, atualiza e substitui a PDN; e a Estratégia Nacional de Defesa (END), formulada em 2008 e atualizada em 2012. Nesses documentos são ressaltados os princípios e os interesses nacionais, assim como as diretrizes para a atuação do Brasil na seara externa.

Com base na Política de Defesa Nacional (2012), é traçado o conceito de “Entorno Estratégico”, que determina a região preferencial onde o Brasil pretende projetar sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar (FIORI, 2013). Aliado a esse conceito este artigo também explora o conceito de “potência média”, para entender e qualificar o comportamento do país no período pós-Guerra Fria no que tange às Missões de Paz.

Essa pesquisa analisa a projeção militar do Brasil, utilizando também o conceito de *Brazilian way of peacekeeping*, criado em decorrência do comportamento diferenciado dos militares brasileiros nas missões de paz da ONU (GÓES, 2010). Pretende-se a partir da apresentação do histórico de participação do Brasil nessas missões, entender como tem se dado essa participação. Pretende-se, ademais, verificar se o Brasil tem utilizado a sua participação nas missões de paz como um mecanismo para inserir-se internacionalmente e aumentar sua projeção no Sistema Internacional, para além de seu Entorno Estratégico.

O tema apresentado neste artigo é de grande importância para entender o comportamento do Brasil em termos de política externa e, com isso, qualificar sua posição e projeção no Sistema Internacional. Também é relevante por permitir compreender a participação das Missões de Paz para a garantia dos objetivos nacionais.

## 2. A Inserção Internacional do Brasil no Pós-Guerra Fria

No pós-Guerra Fria, o Brasil utiliza em sua política externa o poder brando e a pacificidade como recursos para se inserir no Sistema Internacional. Neste período, o país participa ativamente da construção da ordem global, levando-o a alterar suas próprias estratégias de inserção no ambiente internacional. A concepção política desta nova ordem global tem um caráter de manutenção de princípios como, por exemplo, a soberania e a legitimação do poder, que em um cenário multilateral, conduz um plano favorável às políticas brasileiras de movimentação pacífica na projeção de seu poder (NASCIMENTO, 2012).

A natureza pacífica do Brasil e a disposição em manter um bom relacionamento com os demais Estados concretiza-se na formulação da agenda de defesa e segurança nacional

podendo ser observado, portanto, no documento de Estratégia Nacional de Defesa<sup>1</sup> (END) que afirma esta natureza:

Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro (END, 2012, p. 01).

Deste modo, a conjuntura política baliza sua política externa em ações de defesa dos interesses nacionais, avançando como potência média. O Brasil se propõe a preencher posições de relevância nos fóruns internacionais e em assumir uma posição ativa no sistema internacional.

Ao abordar a caracterização de potência média, expõe-se a seguir a visão Daniel Fletes sobre este conceito. Segundo o autor, as potências médias se caracterizam pela capacidade de proteger, preservar e influenciar seus interesses regionais. No entanto, na dimensão global, esses Estados médios possuem uma limitação no que se refere à capacidade de afetar ou influenciar o sistema internacional em caráter individual. Em contrapartida, essa capacidade se amplia através da formação de alianças coletivas regionais e globais. (FLEMES, 2010).

Ainda segundo Fletes (2010), as potências médias – Estados médios – mantêm o mesmo padrão de comportamento no âmbito regional, global e nas relações bilateral e multilateral, além de utilizarem uma mesma estratégia de *middlepowermanship* (comportamento próprio das potências médias). Atualmente, a percepção do Brasil e sua política adotada o caracterizam como uma potência média com pretensões de ocupar o papel de grande potência na futura ordem global. Vale pontuar que para o autor, as grandes potências, ou potências globais, são aqueles Estados que possuem capacidades para exercer sua influência global por meios econômicos, militares e políticos (*Idem*).

Contudo, o Brasil ainda não está habilitado para ocupar a posição de grande potência, e por isto utiliza políticas que salientam tal expectativa reforçando seu prestígio e influencia no sistema internacional. E, ao transportar a viabilidade deste status para esta pesquisa, as ações de caráter internacional como as missões de paz no Entorno Estratégico e além dessa dimensão é, portanto, uma das características que corrobora o objetivo de projeção seu poder como potência global (*Idem*). Por esta razão, apresentaremos algumas interpretações de Gelson Fonseca Jr. (1998a) sobre a postura brasileira partindo da premissa que o Brasil é, de fato, uma potência média.

A primeira versão de Fonseca (1998a) consiste na visão de que ante a um mundo polarizado, seja por tensões ideológicas e estratégicas (Leste-Oeste), ou socioeconômicas entre ricos e pobres (Norte-Sul), o Brasil ostentaria as condições necessárias de desempenhar um papel de intermediador ou “ponte” entre os pólos. Acerca disso, exemplifica-se o fato de que apesar de o Brasil ter se declarado como não-alinhado, não integrou o Movimento dos Países Não-Alinhados, grupo do qual o Brasil distinguia de sua composição majoritária, dada duas dimensões geográficas e aspectos diplomáticos imensamente maiores do que outros países pobres. Contudo, concomitantemente, o Brasil buscava promover uma democratização da ordem internacional vigente. A função de “construtor de pontes”, endossada pela Política Externa Independente de Jânio Quadros, tipifica a perspectiva de que o Brasil seria uma potência média “virtuosa”, dada sua capacidade de promover o diálogo em prol do abrandamento das agendas conflituosas (FONSECA, 1998a).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>> Acesso em: 18/05/2016

No entanto a segunda versão consiste na visão de que as potências médias gozam de uma relativa autonomia e visam basicamente poder participar de forma mais proeminente do sistema internacional. Contudo, por não possuir as condições necessárias para reger a ordem internacional, trilham um caminho paralelo aos das grandes potências. O resultado é que ao invés de estabelecerem regimes, estes Estados colheriam seus benefícios externamente, tal como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que apesar de não assinar, o Brasil estaria se beneficiando do desarmamento ou não-armamento de países vizinhos. Diante disto conclui-se que os comportamentos característicos de ambas as versões sofreram alterações no pós-Guerra Fria. No entanto o papel de “construtor de pontes” era apoiado pelo principal aspecto da Guerra Fria: a bipolaridade.

Com o fim da Guerra Fria e o advento de uma ordem onde novos temas e atores emergiram, a função de intermediador dificultou o desenho das rivalidades, já não mais restritas à padrões ideológicos ou econômicos. Ainda assim, o Brasil permaneceu na condição de extrair ganhos de tal função, a partir de um exercício diplomático que busca articular consensos e até mesmo, o protagonismo em alguns temas, tais como o fato de o Brasil ter sediado a Rio 92 (*Ibidem*). Entretanto o papel de “carona” se tornou infrequente devido ao fortalecimento de regimes internacionais, que agora possuem natureza muito mais vinculante e intrusiva do que durante a Guerra Fria. Ou seja, agora, ao invés de do Brasil se colocar à margem dos regimes internacionais, busca obter os benefícios participando dela, por exemplo, “usando o prestígio de uma atitude política amplamente legítima para obter ganhos políticos e maior margem de manobra diplomática” (FONSECA, p. 22, 1998a).

Ademais é importante observar que o Brasil, diante das grandes potências econômicas, não detém poder econômico suficiente para sustentar os meios operantes a longo prazo da política de poder no sistema internacional. Mesmo assim, se mantém a finalidade brasileira de se inserir no internacional de forma mais ativa, o que resulta em grau superior de complexidade na construção do plano de defesa e política externa, pois o Brasil projetando seu poder atribui novas perspectivas que requerem uma atualização de seus conceitos e o seu complexo operante de poder. Este poder que se expressa no internacional na direção de prestígio em segurança e paz, por exemplo, com a participação do Brasil nas missões de paz da ONU (NASCIMENTO, 2012).

## **2.1 A Noção de Defesa Brasileira e o Conceito de Entorno Estratégico**

Para compreendermos sobre o que é e do que se trata o Entorno Estratégico brasileiro devemos ter primeiramente a noção de defesa que é aplicada no Brasil e de como se pauta a forma que o Estado deverá proceder. Também é importante apresentar os documentos que tratam da defesa e segurança do Estado brasileiro e que acabam por englobar o tema em questão deste tópico.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2012 veicula em seu documento que a garantia da defesa e segurança do território brasileiro se concretizará por meio de um trabalho conjunto de todos os órgãos da sociedade brasileira, de forma que a comunidade, as instituições, as Forças Armadas e o governo devem cooperar para implementar este projeto. A END para se tornar efetiva encontra-se apoiada no desenvolvimento do Brasil, assim como o desenvolvimento está vinculado a defesa do Estado. Ou seja, há uma ligação entre o desenvolvimento e a segurança e defesa de um país. Um não poderá avançar sem que o outro caminhe junto. Uma vez que isto é considerado a elaboração do projeto será por meio de articulações que buscam melhorar, capacitar e dar maior autonomia para o Brasil na área de defesa e que com isso o desenvolvimento seja promovido. Com o intuito de concretizar este

plano, a END se organiza em torno de três eixos estruturantes, sendo estes: i) diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; ii) refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóia-se em tecnologias sob domínio nacional; e iii) versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório (END, 2012).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012 propõe que a defesa nacional está a cargo do Estado e que este é obrigado a propiciar a segurança e defesa da sociedade. Uma vez que o país não se encontre sob nenhum tipo de ameaça externa, seja ela de outro Estado, econômica ou política, este buscará o seu próprio desenvolvimento e progresso (LBDN, 2012). Contudo, para a efetivação deste projeto a competência não conta apenas com uma ação isolada do Ministério da Defesa (MD). O Brasil busca por meio da integração e cooperação com outros países da sua região uma forma de colaboração para garantir a sua defesa nacional. Temos neste caso a utilização da política externa como outra ferramenta. Podemos evidenciar isto no seguinte trecho:

O Estado brasileiro trabalha em prol de ações que fortaleçam a aproximação e a confiança entre os Estados, uma vez que a valorização e a exploração dessa perspectiva representam uma contribuição à prevenção de contenciosos capazes de potencializar ameaças à segurança nacional (LBDN, 2012, p. 24).

A Política Nacional de Defesa (PND) e a END destinam-se também a consubstanciar esta intenção. Com base no que abordamos acima, nota-se que a política empregada pelo Brasil procura fazer uma articulação entre a economia, a defesa, a sociedade e a política externa, para que com isso consiga garantir a defesa, segurança e conjuntamente o desenvolvimento de seu território. A END é o documento em que podem encontrar os meios, o modo e as diretrizes para que isso seja alcançado (END, 2012).

Assim no que tange aos documentos que abordam a defesa e segurança do Estado brasileiro, temos: a Política Nacional de Defesa (PND); a Estratégia Nacional de Defesa (END); e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Estes documentos entraram em vigor em 25 setembro de 2013<sup>2</sup>, por meio do Decreto nº373, após a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Estes instrumentos tratam respectivamente das medidas empreendidas para a defesa do país, a forma de como definir os meios para realização do que foi estabelecido na estratégia e analisar o contexto estratégico atual, para assim produzir cenários a médio e longo prazo, além de elaborar o orçamento para que esta política seja empreendida.

O conceito de Entorno Estratégico não esteve sempre presente na literatura da política de defesa do Brasil. Para tal, o termo Entorno Estratégico não era mencionado nos documentos de defesa do Estado brasileiro, porém na Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 já se encontrava uma referência que se assemelhava ao termo (MATTOS, 2014).

Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do **espaço regional** extrapola a massa continental sul-americana e inclui também, o Atlântico Sul (MATTOS, 2014 apud PDN, 1996, grifo do autor).

Com a evolução dos temas após o fim do período da Guerra Fria, temos a globalização se aprofundando e criando uma maior interdependência entres os Estados, o comércio

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/12227/DEFESA---Camara-aprova-Politica-Nacional-de-Defesa--Estrategia-Nacional-de-Defesa-e-Livro-Branco/>>, acessado em: 01/05/2016.

internacional se expandindo e a criação de instituições com o intuito de proporcionar avanços para o mundo. Diante deste novo cenário o Brasil se viu obrigado a rever as suas políticas, uma vez que o tema segurança não estava mais pautado somente nas ameaças estatais. Devido a isto, verificou-se uma reformulação do governo brasileiro quanto às suas áreas de interesses (PINHEIRO, 2000). Desta forma, o Entorno Estratégico se apresenta pela primeira vez na PDN de 2005, em seu subitem 3.1:

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África (PDN, 2005).

De acordo com a PND de 2012, os Entornos Estratégicos que o Brasil visualiza são: a América do Sul, o Atlântico Sul, os países limítrofes da África, a Antártica e o mar do Caribe, que devido a sua proximidade com o Brasil, passou a se tornar uma área de preocupação. O ambiente regional em que o Brasil se comporta é a América do Sul (PND, 2012)<sup>3</sup>.

Segundo, Leonardo Mattos, não há uma definição específica nos dicionários de língua portuguesa e nem no glossário das Forças Armadas, do termo “Entorno Estratégico”. Desta maneira, o autor utiliza a definição de José Luiz Fiori (2013, p.32), que conceitua Entorno Estratégico como “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

Os Entornos Estratégicos são de grande importância para o país, uma vez que a sua política externa busca, por meio do diálogo e da cooperação, solucionar qualquer conflito que possa vir a repercutir na sua região, além de gerar um fortalecimento na relação com os seus vizinhos. Outro fator que demonstra a relevância dos Entornos são os prováveis recursos materiais que podem ser encontrados nestas regiões. Podemos citar como exemplos gás, petróleo e minerais, recursos estes que se apresentam como vitais para diversos setores brasileiros e que incentivariam a economia brasileira e proporcionariam o desenvolvimento brasileiro (LBDN, 2012). O Brasil procura garantir a segurança do Entorno Estratégico por meio da cooperação com os seus vizinhos na criação de órgãos de segurança, como é o caso da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Outro ponto em que coloca em evidência os nossos Entornos é a questão da influência externa na região. Países como, Estados Unidos e a China procuram cada vez mais se aproximar da região a fim de implementar parcerias, que tem como intuito criar um laço com os Estados regionais e assim procurar exercer influência nas questões da região, sejam elas nas áreas de defesa, economia ou política.

A criação em dezembro de 2008 pelos países integrantes da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS)<sup>4</sup> é uma resposta para esta presença extra-regional. Presença esta que se mostra por meio do retorno da Quarta Frota dos Estados Unidos em abril de 2008, que regressa com um discurso que tem como objetivo colaborar o combater ao narcotráfico e auxiliar na vigilância do Atlântico Sul. A CDS propõe consolidar a América do Sul em uma região estável e, para que assim se possa empreender a política e o desenvolvimento econômico-social, assim como criar uma identidade sul-americana. Os estados membros acabam por tratar dos temas que abrangem as realidades globais e hemisféricas, segundo uma visão sul-americana. Com isto, conseguirão promover

---

<sup>3</sup> Política Nacional de Defesa, 2012. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acessado em 20/04/2016.

<sup>4</sup> Conselho de Defesa Sul-americano. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>. Acessado em: 22/05/2016.

uma melhor política e estratégia que melhor recaia sobre a região (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008).

### 3. As Missões de Paz

As Missões de Paz são operações militares que tem por finalidade auxiliar países que estejam em conflito a criarem condições para o estabelecimento de uma paz duradoura. Embora lidere a maior parte das missões de paz, a ONU não é o único ator que desenvolve esse tipo de atividade. Organizações internacionais como a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a União Européia (UE), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Comunidade de Estados Independentes (CIS), também possuem histórico de missões de paz (CAPLAN).

As Missões de Paz das Nações Unidas surgiram durante a Guerra Fria como uma resposta pragmática, *ad hoc*, aos conflitos entre Estados (e entre partes dentro de um Estado), onde as partes em conflito se dispunham a aceitar a implantação de uma terceira parte neutra para ajudar a manter a paz e evitar a retomada dos combates, enquanto a resolução do conflito seria buscada por vias diplomáticas (*Ibidem*).

As missões tiveram início em 1948, no âmbito da ONU, a partir de uma decisão do Conselho de Segurança em enviar observadores militares ao Oriente Médio para monitorar o armistício entre Israel e seus vizinhos árabes na divisão do território palestino, na *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO)<sup>5</sup>. Desde 1948, 71 missões de paz foram implementadas pela ONU. Dessas, apenas 13 correspondem aos primeiros 40 anos. A partir de 1988, especialmente após o fim da Guerra Fria, houve um aumento exponencial no número de missões, somente na década de 1990 foram 35<sup>6</sup> (DPKO).

Segundo o Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO), atualmente, existem 16 missões de paz em andamento, distribuídas entre 4 continentes. Diferentes modelos configuram as missões de paz da ONU, que podem ser classificadas como:

- Diplomacia Preventiva e Mediação (*Preventive Diplomacy and Mediation*): compreende atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes, a evitar que as disputas existentes se transformem em conflitos armados e a impedir que esses conflitos, uma vez iniciados, ganhem maiores dimensões. Essas missões são feitas com base no capítulo VI da Carta das Nações Unidas, fazendo uso da diplomacia e da mediação, sem o uso de armamento. (FONTOURA, 2005).
- Manutenção da Paz (*Peacekeeping*): compreendem atividades realizadas por militares, policiais e civis, no terreno, com o consentimento das partes em conflito. Com o objetivo de implementar ou monitorar a execução de acordos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), buscando encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. Atualmente, as operações de paz multidimensionais são solicitadas não só para manter a paz e a segurança, mas também para facilitar processos políticos, proteger civis, ajudar no desarmamento, na desmobilização e na reintegração de ex-combatentes, apoiar os processos constitucionais e a organização de eleições, proteger

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/history.shtml>>. Acessado em 08 de maio de 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>>. Acessado em 08 de maio de 2016.

e promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o Estado de direito e reforçando a autoridade do Estado legítimo<sup>7</sup>(DPKO).

- **Consolidação da Paz (*Post-Conflict Peace-Building*):** as atividades de consolidação da paz são destinadas a apoiar os países que saíram de conflitos, com objetivos de reduzir o risco da retomada do conflito, fortalecendo o processo de reconciliação nacional por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica. Essas ações são voltadas basicamente para o desenvolvimento econômico e social do país e são empreendidas preferencialmente por outros órgãos das Nações Unidas, mas, dependendo das dificuldades no terreno, podem envolver a atuação militar (FONTOURA, 2005).

**Imposição da Paz (*Peace-Enforcement*):** corresponde às ações adotadas em acordo com o capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o CSNU tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Nesses casos, o CSNU tem delegado a coalizões de países ou a organizações regionais e sub-regionais a execução, mas não a condução política, do mandato de intervenção<sup>8</sup> (*Ibidem*).

O Brasil, com base nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal<sup>9</sup> e da Estratégia de Defesa Nacional (EDN), vem participando de missões de paz desde 1947, sob os mandatos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA). A participação brasileira em missões de paz ocorre apenas segundo o atendimento de determinados critérios, sendo o principal deles a aceitação, por parte dos Estados ou das partes envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território<sup>10</sup> (EXÉRCITO BRASILEIRO).

Segundo o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), o país já participou em mais de 30 missões de paz das Nações Unidas, tendo enviado cerca de 27 mil militares nessas missões. Atualmente, o Brasil participa com 1.743 militares das três Forças em nove missões de paz ao redor do mundo (ver tabela 1)<sup>11</sup>. O engajamento do Brasil tem se dado através do envio de observadores militares desarmados e de tropas levemente armadas para áreas de conflito, com os objetivos de monitorar o cessar-fogo entre as partes envolvidas e desenvolver as melhores condições para o pleno restabelecimento da paz regional (*Ibidem*).

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acessado em 08 de maio de 2016.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/maintain-international-peace-and-security/index.html>>. Acessado em 08 de maio de 2016.

<sup>9</sup> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/dt0uRs>> acessado em 08 de maio de 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>>

Nas décadas de 1950 e 1960, o país integrou forças internacionais de paz no âmbito da ONU no Oriente Médio, e da OEA no Caribe. O Brasil esteve presente, entre 1957 e 1967, na 1ª Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF 1), com a finalidade de evitar conflitos entre forças egípcias e israelenses. Durante os dez anos em Suez, o Brasil enviou cerca de 6,3 mil homens e exerceu o comando operacional da missão entre janeiro de 1965 e de 1966<sup>12</sup> (PORTAL BRASIL, 2012).

O país esteve presente em várias ações nas Américas, na Ásia e na África, a partir de 1989. Em 1994, uma companhia brasileira auxiliou a manutenção da paz em Moçambique e, em setembro de 1995, o Exército brasileiro enviou para Angola mais de mil homens (um batalhão, uma companhia de engenharia e um posto de saúde). Atualmente, os militares brasileiros têm atuado como observadores na África, na América Central, na Europa, e na Ásia, e tem participado da cooperação para a solução pacífica do conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru (*Ibidem*).

A participação do Brasil em missões de paz tem trazido prestígio à política externa do país, aumentando a projeção nacional no cenário mundial. Como prova disso, o país esteve na coordenação e comando de várias operações. Exemplos disso são as missões do Timor Leste (1999 a 2006), onde o Brasil participou com observadores para acompanhar o referendo de independência organizado pela ONU e que, posteriormente, acarretaria um conflito com forças contrárias à independência, levando a implantação da Administração Transitória para o Timor Leste (UNTAET), chefiada por Sérgio Vieira de Mello; e no Haiti (2004), o Brasil assumiu o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) à frente de contingentes de vários países, no contexto de ausência do poder no país e, posteriormente, aumentando a sua participação em decorrência do terremoto que atingiu o país em 2010 e apoiando o processo eleitoral, em 2011 (*Ibidem*).

**Tabela1:** Missões de Paz em Andamento com Participação do Brasil

Missão	País	Organização	
GP MON INTER	Colômbia	OEA	
MINUSTAH	Haiti	ONU	
MINURSO	Saara Ocidental	ONU	
UNMIL	Libéria	ONU	
UNOCI	Costa do Marfim	ONU	
MONUSCO	Rep. Dem. Do Congo	ONU	
UNIMISS	Sudão do Sul	ONU	
UNISFA	Sudão	ONU	
UNIFIL	Líbano	ONU	
UNIFICYP	Chipre	ONU	

  

Legenda	
	América
	África
	Europa

**Fonte:** CCOPAB -Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>

#### 4. Brazilian Way of Peacekeeping e a Visão da ONU

A política externa brasileira possui uma postura diplomática voltada para negociações e mediações de conflitos internacionais. Nesse aspecto, José Maria da Silva Paranhos Júnior,

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/brasil-participa-de-missoes-de-paz-desde-1947>>

Barão do Rio Branco, teve papel fundamental para a construção desse caráter diplomático brasileiro. Paranhos foi responsável por resolver todas as questões territoriais que ainda restavam no início do século XX, de forma pacífica, baseando as negociações na diplomacia e no direito. A capacidade do país em negociar suas fronteiras com seus vizinhos sem o uso da força revela um perfil histórico pacífico e negociador da diplomacia brasileira (REZENDE, 2010). Essa característica mais diplomática fez com que mudasse de forma positiva a percepção dos vizinhos do Estado brasileiro que temiam que o Brasil tivesse uma postura expansionista na região. A postura pacífica de Rio Branco influenciou a política externa brasileira, pois ela é importante para direcionar e determinar o modo de agir do Brasil no cenário internacional até os dias de hoje (PINTO, 2009).

De acordo com o texto introdutório da EDN, o Brasil possui uma tradição no que diz respeito à mobilização de esforços a favor da paz mundial. A política externa brasileira firmou uma parceria com as forças militares, no intuito de honrar os acordos internacionais assumidos pelo País, junto a organismos internacionais que visam o estabelecimento da paz mundial, como a antiga Liga das Nações, a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas. Nesse aspecto, dois acontecimentos marcaram o início da participação da força militar brasileira em iniciativas de organismos internacionais voltadas para a manutenção da paz, como também demonstram a disposição do país nesse gênero de operação: a presença administrativa de um oficial da Marinha<sup>13</sup> na Comissão da Liga das Nações na região de Letícia, de 1933 a 1934, e a participação de três oficiais<sup>14</sup>, um da Marinha, um da Aeronáutica e outro do Exército, na Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs, de 1947 a 1951 (FONTOURA, 2005).

A respeito das missões de paz, conforme apontamos na seção anterior, existe uma tradição brasileira em aceitar o convite e atuar nessas operações de paz, com rejeição apenas quando realmente não houve condições de se envolver. Falando de um aspecto mais qualitativo, sua participação possui um caráter humanitário, além de existir uma preocupação em respeitar a população e os costumes locais (OLIVEIRA JUNIOR, GÓES, 2010).

Quando observada a presença do Brasil nas missões de paz, é possível identificar algumas características típicas do povo brasileiro. Essas características demonstram um aspecto positivo do ‘jeito brasileiro’ de fazer a paz, fatores que têm se mostrado demasiado importantes para que as missões sejam bem-sucedidas. Depois de anos de uma postura diplomática apaziguadora e da firme participação brasileira nas missões de paz com sua forma diferente de agir, surgiu o chamado *brazilian way of peacekeeping* (AGUILAR, 2012).

Sobre essa identidade brasileira em operações de paz, algumas características são destacadas, como: I) o caráter negociador, que tem como princípio o diálogo, a força só é utilizada depois que se esgotam todas as possibilidades de solução através do diálogo; II) facilidade de comunicação, independentemente do idioma falado no país receptor da operação; III) facilidade de relacionamento com culturas diferentes; IV) capacidade de adaptação; espírito de solidariedade e de ajuda; V) bom humor; VI) boa vontade; VII) flexibilidade; VIII) determinação e; IX) profissionalismo oriundo do treinamento e formação militar (AGUILAR, 2012).

O profissionalismo da tropa brasileira se concretizou e ganhou maior força a partir de 2005, quando foi criado o Centro de Instrução de Operação de Paz (CIOPaz), com o intuito de formar estruturas que permitam a disseminação das regras vigentes nas operações de paz. O CIOPaz iniciou suas atividades na MINUSTAH com a responsabilidade de preparar a

---

<sup>13</sup> Capitão-de-Fragata Alberto de Lemos Bastos.

<sup>14</sup> Capitão-Tenente John Andersen Munro (Marinha), Capitão Camarão Telles Ribeiro (Aeronáutica), e o Capitão Hervê Pedroso (Exército).

Brigada Haiti, sob a luz do Cap. VII da carta das Nações Unidas, proporcionando significativas mudanças na conduta das tropas envolvidas nessa missão. Em 2010, o CIOpPaz, que estava gerando resultados positivos, foi designado para a preparação de militares e civis não só brasileiros como também de outros países para serem enviados em missões de paz e, dessa forma a sua denominação foi modificada para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).<sup>15</sup>

A forma que Brasil treina suas tropas se tornou referência no âmbito internacional e o profissionalismo adquirido é cada vez mais requisitado por outras nações. "As visitas, cooperações internacionais e intercâmbios aumentaram muito depois da pacificação de regiões violentas no Haiti, como Cité Soleil, em 2007", disse o comandante do CCOPAB, José Ricardo Vendramin Nunes. Segundo o comandante, a grande parte dos países que procuram cooperação é da América Latina, mas o CCOPAB também tem recebido visitas dos EUA, Canadá, Reino Unido, dentre outros países. E adiciona: "Eles querem saber como treinamos. Os soldados precisam saber neutralizar sem matar. Devem fazer um uso mínimo da força, com proporcionalidade".<sup>16</sup>

Como dito anteriormente mencionado, o Brasil já esteve presente em diversas missões de paz, mas é importante ressaltar que o país só enviou tropas para somente quatro operações: Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Para o secretário-geral assistente de Operações de Paz da ONU, Edmond Mulet, é importante que a participação do Brasil nas missões de paz se amplie cada vez mais. A indicação do general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, que esteve à frente das tropas no Haiti entre 2006 e 2009, para chefiar a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), demonstra existir uma confiança da ONU nas tropas brasileiras. Em entrevista para a BBC Brasil, Edmond Mulet afirmou<sup>17</sup>:

Eu posso dizer, com toda certeza, que as tropas brasileiras atuam com profissionalismo, qualidade, e com um nível de comprometimento excepcional e admirável. Tendo servido duas vezes como chefe da missão no Haiti, fui testemunha deste trabalho, e posso dizer que a atuação deles faz uma grande diferença. (MULET, 2014)

## **5. As Missões de Paz como uma Instrumentalização do Status de Potência Média**

Nesta seção, objetiva-se elencar os argumentos necessários para compor uma explicação concisa sobre a maneira como o Brasil se apossaria do status de "potência média" para alcançar o status de grande potência, que lhe é auferido e, e ademais, de que maneira as missões de paz estariam servindo como instrumento para tal. Esse objetivo nos fez analisar a participação brasileira, mensurada e tipificada nas seções anteriores.

### **5.1 Brasil: Uma "Potência Média Virtuosa" e/ou uma "Potência Média Carona"?**

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/ccopab/criacao-do-centro>>. Acessado em: 29 abril de 2016

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>>. Acessado em: 02 maio de 2016.

<sup>17</sup> Diretor da ONU quer Brasil em mais missões internacionais de paz. Rio de Janeiro, 31 maio 2014 Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531\\_onu\\_brasil\\_missoes\\_paz\\_jp\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531_onu_brasil_missoes_paz_jp_an)>. Acessado em: 16 abril 2016

Conforme apresentamos na primeira seção, Gelson Fonseca (1998a) sintetiza duas formas para explicar o comportamento brasileiro, partindo da premissa de que o Brasil seja uma “potência média”. A primeira versão vê o Brasil como uma “potência média virtuosa”, a qual teria o papel de estabelecer o diálogo entre polos conflitantes. A segunda versão vê o Brasil como uma “potência média carona”, a qual apenas usufruiria das normas estabelecidas pelas grandes potências, ainda que não se submetesse a tais normas.

Primeiramente, vemos na história brasileira uma tradição de pacificidade em suas relações externas, enraizadas desde as demarcações fronteiriças de Barão do Rio Branco (REZENDE, 2010) até os dias atuais. Em outra obra, senão a até o momento citada, Gelson Fonseca (1998b), ao falar dessa tradição pacífica afirma:

Um dos seus traços mais salientes é a capacidade de desdramatizar a agenda da política externa, ou seja, de reduzir conflitos, crises e dificuldades ao leito diplomático, evitando que sejam explorados ou magnificados por interesses conjunturais. Isso é uma virtude, especialmente se levarmos em conta o fato de que o Brasil mantém relações pacíficas e cooperativas há 120 anos com dez vizinhos, tendo sido todo o desenho de nossas fronteiras, aliás, negociado diplomaticamente. Essa boa convivência na região – feito diplomático ao qual, em regra, não se dá o devido crédito – pode ser atribuído, em parte, às vantagens de um estilo que se define pela preferência pela negociação. (FONSECA Jr. 1998a, p. 356)

Ao analisar a inserção internacional brasileira no período pós-Guerra Fria, Luiz Felipe Lampreia (1998) observou que o êxito da consolidação democrática e econômica do Brasil, juntamente com a consolidação de suas credenciais diplomáticas, gerou um ganho de credibilidade na comunidade internacional. Já naquela época, o então Ministro das Relações Exteriores cita a participação brasileira em missões de paz como um indicativo da maior capacidade e disposição do Brasil em participar de forma mais proeminente e ampla no cenário internacional (LAMPREIA, 1998).

Segundo Oliveira Júnior e Góes (2010), “manter a tradição brasileira em operações de paz dá continuidade à imagem do Brasil como Estado que privilegia as estratégias pacíficas de resolução de conflitos”. O que para este artigo, ratifica a existência de um *brazilian way of peackeeping* nos moldes apresentados anteriormente.

Em segundo lugar, ainda segundo Oliveira Júnior e Góes (2010), apesar de o Brasil não almejar ser uma potência bélica, enquanto um membro da ONU e país com importante peso político e econômico regional, o que também perpassa pela classificação de “potência média”, o país deve assumir responsabilidades com a garantia da paz, principalmente em seu continente.

Nesse ponto, é possível estabelecer um paralelo com discussão sobre a atuação do Brasil em seu “Entorno Estratégico” e até mesmo levantar o debate se esta região não teria servido de “trampolim” para a projeção internacional brasileira. Sem mesmo regredir às participações passadas, é possível notar no presente (Figura 2) que o Brasil não se limita à região na qual o Brasil apresenta oficialmente sua intenção em projetar sua influência em diversos âmbitos (FIORI, 2013).

**Figura 2:** Missões de Paz em Andamento com Participação do Brasil



Fonte: CCOPAB – Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>

Os autores, Oliveira Júnior e Góes (2010), concluem que ao não fazê-lo, o país estaria deixando de atender as expectativas da comunidade internacional, tais como as sinalizações de que o Brasil deveria chefiar a MINUSTAH<sup>18</sup> e o desejo da ONU de que o país participe de mais missões de paz<sup>19</sup>. Mas talvez, o maior efeito seria que o Brasil estaria abrindo mão tacitamente de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (OLIVEIRA JÚNIOR, GÓES, 2010). Uma vez que os Estados que possuem essa posição no órgão da ONU sejam dotados de uma relevância expressiva em termos militares, necessária dada a principal atividade do órgão: manutenção da paz mundial, estar apto para participar de missões de paz demonstra uma pré-disposição do Brasil em ser um ator relevante para essa atividade.

Retomando as informações de seções anteriores, é possível olhar para os números atuais de participação brasileira em missões de paz e perceber uma continuidade e até aumento desse engajamento. Conforme expomos, nos dias atuais, o Brasil conta com um total de 1.743 militares, espalhados por nove missões, sendo oito da Organização das Nações Unidas (ONU) e uma da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DPKO).

Com isso, é possível dizer que ocorre uma retroalimentação, no sentido de que o Brasil, por dispor das condições necessárias, atua mais extensivamente em missões de paz, enquanto em contrapartida, as missões de paz acabam por agir como um instrumento de fortificação de suas credenciais, marcadas especialmente pelo pacifismo nas relações externas.

## 6. Conclusão

Conforme apresentamos anteriormente, a questão que norteou a pesquisa foi: de que maneira o Brasil instrumentaliza seu status de potência média? Para a condução da pesquisa, partiu-se da hipótese de que o Brasil efetuará tal instrumentalização, dentre outras ações, a

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/03/04/ult1928u61.jhtm>>

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531\\_onu\\_brasil\\_missoes\\_paz\\_jp\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531_onu_brasil_missoes_paz_jp_an)>

partir de sua participação nas missões de paz. Como ferramenta de análise, utilizamos os conceitos de Gelson Fonseca (1998a), cujos resultados apresentamos abaixo.

Primeiramente, o número de missões de paz que o Brasil atuou e atua confronta o segundo padrão de comportamento, o de “potência média carona”, como aquela que apenas usufruiria dos regimes pré-estabelecidos pelas grandes potências. Portanto, não parece credível que o Brasil se enquadre nesse comportamento no período analisado. Visto que, conforme demonstrado, desde a primeira missão de paz da ONU, que aumentaram exponencialmente no pós-Guerra Fria, o Brasil teve maior participação nas missões de paz. Isto demonstra que o Brasil, enquanto uma potência média, busca participar de forma proeminente do sistema internacional, mas também, que ao invés de se colocar à margem dos regimes internacionais estabelecidos, o país almeja, extrair de dentro e não de fora os benefícios que eles proporcionam.

Em segundo lugar, o *brazilian way of peacekeeping* ratifica o primeiro padrão de comportamento, o de “potência média virtuosa”, como aquela que teria a função de fomentar o diálogo entre atores conflitantes. Conforme demonstramos, as relações externas do país têm sido marcadas por um caráter pacífico, que possuem raízes ainda na figura do Barão de Rio Branco (REZENDE, 2010) e se mostram presentes até os dias atuais. No que se refere mais especificamente às missões de paz, apesar de algumas características dos *peacekeepers* brasileiros advirem do aparato institucional de preparação antes de serem enviados para campo, o *brazilian way of peacekeeping* é notadamente marcado antes de tudo pelo caráter negociador e opositor ao uso da força, sendo essa, o último recurso usado.

Dito isso, é possível afirmar a veracidade da hipótese, a partir de dois pilares: um quantitativo, referente ao número de missões de paz que o Brasil atuou e atua; e um outro, qualitativo, referente ao *brazilian way of peacekeeping*, concebido como o conjunto de adjetivos, que reunidos tipificam o caráter brasileiro nas missões de paz. Em outras palavras, o Brasil, por intermédio de sua participação nas missões de paz, combina o padrão de comportamento de uma “potência média virtuosa”, ao mesmo tempo que refuta o comportamento de uma “potência média carona”.

Esse mesmo comportamento converge com o pensamento de Daniel Flemes (2010) de que, ao instrumentalizar sua condição de “potência média”, o Brasil almeja alcançar o status de grande potência no sistema internacional.

## Referências Bibliográficas

AGUILAR, Sérgio. Uma Cultura Brasileira de Missões de Paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis e FERNANDES, Fernanda (Org.). **Diplomacia Brasileira para a Paz**. Brasília: FUNAG, 2012.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acessado em 22 de maio de 2016.

CAPLAN, Richard. Disponível em: <https://pesd.princeton.edu/?q=node/259>>. Acessado em: 21 de abril de 2016.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Criação do Centro**. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/ccopab/criacao-do-centro>>. Acessado em: 29 de abril de 2016.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Missões de Paz em Andamento**. 2016. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/operacoes-de-paz/missoes-em-andamento>>. Acessado em: 11 de abril de 2016.

COELHO, Fillipe de Souza Novaes. O Brasil e a sua política internacional pacificadora. **Revista de Geopolítica**, Natal - RN, v. 3, n. 2, p. 275-284, jul./dez. 2012.

DEFESANET. **Missão no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz**. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>>. Acessado em: 02 de maio de 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Apresentação**. Disponível em: <http://goo.gl/dt0uRs>>. Acessado em: 05 de abril de 2016.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 403-436, jul./dez. 2010.

FONSECA JR. Gelson et al. Debate 1: Brasil como Potência Média: Possibilidades de Ação Internacional. In: SENNES, Ricardo U. (Ed.). **Brasil e a Política Internacional**, Santiago: FLACSO-Chile/Wilson Center/IDESP, 1998a.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998b.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas XXXVII** Curso de Altos Estudos. Brasília: FUNAG, 2005. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/23Brasil\\_e\\_as\\_Operacoes\\_de\\_Manutencao\\_da\\_Paz\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/23Brasil_e_as_Operacoes_de_Manutencao_da_Paz_das_Nacoes_Unidas_O.pdf)>. Acessado em: 26 de março de 2016.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 41, n. 2, p. 5-17, Dec. 1998.

MATTOS, Leonardo Faria de. A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Periódico Especializado em Estudos Estratégicos, v. 20, n. 1, p. 165-191, jan./jun. 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acessado em 20 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em 20 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acessado em 20 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Conselho de Defesa Sul-Americano**. 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>>. Acessado em 20 de abril de 2016.

MULET, E. Diretor da ONU quer Brasil em mais missões internacionais de paz. [31 maio 2014] **Site da BBC**. Entrevista concedida a Jefferson Puff. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531\\_onu\\_brasil\\_missoes\\_paz\\_jp\\_an](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140531_onu_brasil_missoes_paz_jp_an)>. Acessado em: 16 de abril de 2016.

NASCIMENTO, P. R. Laraburu. **Reflexos da Inserção internacional do Brasil sobre seu Pensamento Estratégico de Defesa**. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2012/01/23/reflexos-da-insercao-internacional-do-brasil-sobre-seu-pensamento-estrategico-de-defesa-por-paulo-roberto-laraburu/>>. Acessado em: 28 de abril de 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. GÓES, Fernanda Lira. **A PRESENÇA BRASILEIRA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS**. Ipea, Rio de Janeiro, dezembro 2010.

ONU, **What is peacekeeping?** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acessado em: 20 de abril de 2016.

ONU. **Maintain International Peace and Security**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/maintain-international-peace-and-security/index.html>>. Acessado em: 20 de abril de 2016.

PINTO, D. J. A. **Mediação de conflitos internacionais e a inserção mundial do Brasil**. 2009. 198 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 08 de setembro de 2009.

PORTAL BRASIL. **Brasil participa de missões de paz desde 1947**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/brasil-participa-de-missoes-de-paz-desde-1947>>. Acessado em: 04 de abril de 2016.

REZENDE, Lucas Pereira. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU**: Um Estudo Comparativo. 2010. 200 f. Dissertação (Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.